



Sr.(a). Conselheiro(a)

Convoco V.S^a. para a **43ª Reunião Plenária Extraordinária, que se realizará no dia: 14/11/2014 – sexta-feira às 09 horas.**

A reunião será realizada na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente – SVMA
na Rua do Paraíso, 387 – térreo - Paraíso.

PAUTA

Expediente:

- I. Posse dos novos Conselheiros (Titular) – Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento - mandato de 2014 - 2016: Sr. VINICIUS DOS SANTOS PEREIRA REIS;
- II. Aprovação da ATA da 95ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 27 de outubro de 2014
- III. Sugestão de Inclusão de Pauta.

Ordem do dia:

- I. Apresentação e Deliberação sobre Edital FEMA 11/2014 – “EDUCAÇÃO AMBIENTAL”.

Anexo:

- ATA da 95ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA de 27 de outubro de 2014
- Edital FEMA 11/2014 – “EDUCAÇÃO AMBIENTAL”

Ricardo Brandão Figueiredo
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e
Presidente do Conselho Municipal do Fundo do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável – FEMA
Em Exercício



Maria de Lourdes Telles da Rovare: Vamos iniciar a 43ª reunião plenária extraordinária do CONFEMA. Primeiro ponto de pauta: posse do senhor Vinícius, Conselheiro Titular de SEMPLA. Uma salva de palmas, por favor. Seja bem-vindo. Segundo ponto de pauta é a aprovação da ata 95ª da reunião plenária ordinária do CONFEMA. Os Conselheiros que estiverem favoráveis à aprovação do texto da ata permaneçam como estão. A ata aprovada por unanimidade. Sugestão de inclusão de pauta. Cristina Antunes.

Cons. Cristina Antunes: Bom dia. Eu quero solicitar, uma vez que a pauta é curtinha, eu queria solicitar a possibilidade de fazer cinco perguntas à Secretaria, ao Secretário, que são questões que a gente entende relevantes para a gente começar a conseguir equilibrar dúvidas que são mantidas desde o começo que eu estou neste Conselho. Então eu queria um espaço... Peço licença aos Conselheiros para fazer essas cinco perguntas, porque isso vai ser crucial para a permanência da gente nesse Conselho. Obrigada.

Maria de Lourdes Telles da Rovare: Nós vamos deixar essa inclusão de pauta para depois da apresentação do Edital FEMA - 11. Com a palavra, o nosso Secretário em exercício, Ricardo Brandão.

Secretário Ricardo Brandão: Bom dia a todas. Bom dia a todos. Seja bem-vindo, Vinícius, ao nosso Conselho. Você vem aí, trazer mais alegria para a gente. Contribuições. Para nós podermos contar aí, com a sua experiência, com a sua dedicação. E seja muito bem-vindo aqui. Bom hoje, eu entendo que para nós, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, principalmente dessa atual gestão iniciada em março, é um momento histórico. Nós estamos fazendo a publicação, para aprovação aqui, em primeiro lugar, do edital de educação ambiental, que sintetiza algumas das principais diretrizes da gestão do prefeito Fernando Haddad. Pelo próprio tema, a Educação Ambiental, para a qual nós pretendemos dar um novo rumo. Especificamente no Edital - 11 contempla a Educação Ambiental nos parques. Isso faz parte de uma meta de governo que está sendo feita já, há algum tempo. E agora, nós vamos fazer de forma sistematizada, que é um grande desejo do nosso secretário. E por que especificamente esse momento histórico? Porque a par desse edital que foi fruto aí, de sete meses de trabalho, capitaneado aí pelas meninas, em especial a Camila, que eu aproveito para parabenizar, que sofreu bastante aí nesse trajeto. Foram muitas reuniões, muitas idas e vindas, porque, justamente, não havia ainda, uma metodologia para esse tipo de implantação de forma sistematizada nos parques. Isso foi discutido com várias Secretarias, foi discutido com o Governo, foi discutido com várias unidades aqui também, internas, e nós entendemos que realmente, é um produto de altíssima qualidade, e deverá ser referência para outras cidades do Brasil no curto prazo. Isso eu não tenho dúvida, porque também está incorporando, e nós vamos procurar incorporar a nova Lei de Conselhos Gestores, cujo decreto também já foi feito aqui, pelas meninas do DPP. Parabenizo também. Isso deverá ser decretado pelo Prefeito Fernando Haddad antes do final do ano. Incorpora também, a participação da Secretaria de Serviços, que é muito importante na questão de resíduos sólidos, dos PEACs, da coleta seletiva. E eu aproveito para lembrar que ontem, o Prefeito Fernando Haddad já definiu a questão das sacolinhas plásticas. Saiu na imprensa. Não sei se vocês tiveram a oportunidade de observar, mas vai ser um foco na coleta seletiva. A sacolinha plástica, ela vai ser de um material diferenciado. E dentro dessa sacola só vão poder ser descartados os materiais que irão para as centrais de triagem. Ou Ecopontos. Centrais de triagem mecanizadas, centrais de triagem manual. Ecopontos. Só vai poder ter os materiais recicláveis. O que também, eu acho que vai ser uma referência nacional nesse assunto. E por último, esse edital também incorpora a questão dos territórios CEU's, que também é um programa de governo, está sendo tocado pela SMDU. Especificamente o Pinheirinho D'Água faz parte deste parque aqui, escolhido. Têm os critérios de escolha dos dez parques que a Camila vai colocar. Então essa integração, Conselhos Gestores, CONFEMA, SMDU, Secretaria de Serviços, que eu acho que é inédito na história da nossa Secretaria. Pelo que a gente vê, eu já estive em outros momentos aqui na Secretaria, não como Secretário Adjunto, e nós percebemos que a Secretaria, ela tem uma certa dificuldade de integração com as outras Secretarias, até com as próprias subprefeituras. E o próximo passo, nosso, que eu espero que o Edital 11 também nos alavanque, nos impulse, é a integração dos CADES Regionais com as subprefeituras. Que também é uma... não vou dizer que é uma carência, mas também é uma dificuldade que nós encontramos aqui nesses 8 meses. Essa integração com o governo local, com o governo regional. Que afinal, subprefeito é quem recebe quem está à frente do trabalho. E enfim, recebe as demandas, e tem que dar respostas para a sociedade. Então agradeço a todas, a todos. Acho que a palavra agora é com a Camila. Muito obrigado.

Maria de Lourdes Telles da Rovare: Só para efeito de registro, quem vai fazer a apresentação do Edital FEMA11 é a Camila Sasahara, assessora do gabinete, e também a Julie, assessora do DPP.



Camila Sasahara: Bom dia a todos. Nós vamos apresentar aqui, o Edital FEMA 11, são dos polos de Educação Ambiental. Esse edital, ele foi desenvolvido com o intuito de atender a meta 87 do programa de metas do governo. A meta 87 do programa de metas é referente à implantação de 32 polos de Educação Ambiental, capacitando e sensibilizando 120 mil cidadãos. A definição que consta nessa meta dos polos é que são espaços abertos, localizados em equipamentos públicos, que receberão atividades promovidas pela Secretaria do Verde e outros órgãos interessados, além de servir como espaços de articulação para o desenvolvimento local. Ainda consta nessa meta, o que vai ser entregue, que é uma infraestrutura básica, como projeto, cadeiras, mesas, material didático, para implementação de 32 polos de Educação Ambiental, um em cada subprefeitura, aproveitando a potencialidade dos equipamentos públicos, dando novos usos a esses espaços, através do desenvolvimento de cursos, oficinas, e atividades de sensibilização de Educação Ambiental. Agora, sobre o Edital FEMA 11, o edital, ele é fundamentado na Política Municipal de Educação Ambiental, e o conceito compreendido no edital desses polos é que são centros operacionalizadores de atividades de Educação Ambiental, para formação de multiplicadores, resolução ou minimização de problemas locais, e comportamentos mais sustentáveis, na perspectiva socioambiental. O objetivo desse edital é a formação e sensibilização em Educação Ambiental, articulação regional entre órgãos públicos, sociedade civil e comunidade escolar, um centro de integração para realização de atividades de Educação Ambiental, participação da comunidade local, e realização de eventos. Além desses objetivos, os projetos, eles devem conter atividades sobre resíduos sólidos, para que eles se integrem aos planos, programas e projetos desenvolvidos pela prefeitura, como PGIRS, que é o Plano de Gerenciamento Integrado em Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo, o PEACS, que é o Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos, Projeto de Educação Ambiental para Coleta Seletiva nas Escolas Municipais, e os Projetos de Educação Ambiental nos parques. O prazo de execução desses projetos é de 12 meses, e cada instituição pode apresentar até dois projetos, desde que essas propostas estejam em diferentes áreas geográficas. Ou seja, que considerem o IDH dessas subprefeituras, para que um projeto em uma entidade que apresente, por exemplo, em Vila Mariana, não apresente, também, em Pinheiros, mas sim no Itaim Paulista, por exemplo. Esse edital é para implantação de 10 polos de Educação Ambiental e eles estão situados nessas subprefeituras: no Butantã, no Parque Previdência, no Campo Limpo, no Parque Santo Dias, no Itaim Paulista, no Parque Ecológico Chico Mendes, o polo na Subprefeitura de Itaquera, no Parque do Carmo, no Jabaquara, no Parque Nabuco, o polo na Subprefeitura da Mooca, o Benemérito José Brás, o polo Parelheiros, no Parque Natural Municipal do Itaim, o polo Pinheiros, no Parque Trianon, e Pirituba, o Pinheirinho D'Água, e o polo Santana-Tucuruvi, no parque (incompreensível) Lions. A escolha desses parques foi em decorrência de: a gente consultou o DEPAVE 5, locais que tivessem infraestrutura e vocação para Educação Ambiental. A gente também considerou a densidade demográfica e a distribuição geográfica desses polos. E também, o diagnóstico do programa do uso dos parques, que está sendo desenvolvido aqui pela Secretaria. Sobre as linhas de ação: os projetos, eles devem considerar a formação da população para compreensão dos processos naturais, que abrange os recursos naturais, os Serviços Ambientais, as interações e funcionamento dos ecossistemas, a mobilização e a instrumentalização da população para observação e conhecimento da biodiversidade local, das áreas verdes, rede hídrica ambiental, dos riscos e consequências da poluição do ar e da água, e da degradação da cobertura vegetal. O estímulo ao uso do entorno do polo, como objeto de estudo da educação ambiental, a formação da comunidade escolar, e promoção de cursos, a sensibilização e instrumentalização da população para integração do ser humano ao meio ambiente, a mobilização da população para cuidar do espaço público e do meio ambiente, através do conhecimento da história da região, do sentimento de pertencimento do cidadão, a mobilização e a instrumentalização da população para as possibilidades de participação ativa em projetos e ações de proteção, conservação e sustentabilidade ambiental, a mobilização de lideranças e de segmentos da população, para reflexão conjunta, sobre a questão da água, da energia, resíduos, verde, biodiversidade e relações humanas na região, e para participação na Agenda 21 local, conselhos regionais de meio ambiente, e conselhos gestores de parques, a participação e formação da população sobre as diretrizes relativas aos resíduos sólidos, não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos e a disposição final ambientalmente adequada aos rejeitos, a informação e a instrumentalização da população para as práticas responsáveis, bem como de sua redução. Agora, sobre os recursos: os recursos disponíveis nesse Edital é de R\$ 1.710.000,00. Sendo que cada projeto pode chegar até R\$ 190.000,00, sendo que R\$ 171.000,00 por projeto, vai ser disponibilizado pelo FEMA. Cada projeto também deve dar 10% desse valor em contrapartida, podendo chegar a até R\$ 19.000,00. Esse recurso, ele deve ser locado na contratação



de mão-de-obra para o desenvolvimento de atividades, com uma equipe técnica de um coordenador, um auxiliar administrativo e educadores ambientais, para contratação de terceiros com apoio, como serviços gráficos, fornecimento de materiais, apoio à produção de eventos, encargos sociais, e materiais de consumo. A contrapartida, eles podem ser recursos financeiros, ou bens em serviços. Como por exemplo, recursos humanos, serviços, materiais de consumo, equipamentos, materiais permanentes de propriedade da entidade proponente. A análise desses projetos, ela vai ser feita pela Comissão Técnica de Avaliação, a CAV, respeitando os critérios de pontuação. A prestação de contas pela CPC, a Comissão de Prestação de Contas, através da apresentação de documentos para acompanhamento dessas despesas. E o acompanhamento dos projetos, pela Comissão de Acompanhamento Técnico, a CAT. Os próximos passos desse edital é a publicação, após a aprovação, a publicação do edital no Diário Oficial, a publicação nos jornais de grande circulação e demais mídias escritas, o envio por e-mail para a lista de entidades, a publicação na CAV, do CPC, no Diário Oficial, o recebimento dos projetos, avaliação dos documentos que habilitarão as entidades de avaliação dos projetos, apresentação dos projetos para o CONFEMA, e a publicação de resoluções, aprovando ou não os projetos apresentados. É isso. Caso tenha alguma dúvida, pode entrar em contato com a gente. Os contatos estão disponibilizados aqui. E qualquer dúvida, estamos à disposição para esclarecimentos.

Maria de Lourdes Telles da Rovare: Estamos abertos para perguntas. Cristina Antunes.

Cons. Cristina Antunes: Cristina Antunes, SAJAP. Primeiro parabéns. Acho que a gente estava esperando há muito tempo um projeto que, efetivamente, a sociedade civil pudesse participar. Mais amplamente, mais intensivamente. Eu tenho uma observação inicial, que muito do que foi proposto aqui, faz parte de um projeto que foi apresentado em outro edital, no edital... acho que o último que a gente pôde participar, e que foi recusado pela CAV. Então antes de eu entrar no mérito deste aqui especificamente, eu solicito, secretário, formalmente, uma justificativa da CAV para ter recusado um projeto que tinha exatamente essa essência. E que a gente nunca soube porquê que não foi apresentado. Eu não estava no Conselho essa época, o Ferua estava. Ele pediu essa explicação, e na verdade, nunca tivemos. Porque o conteúdo, o objetivo, o potencial do projeto que a gente submeteu era muito parecido com o que está aqui. Agora, com relação ao que se apresentou Camila, vocês limitaram o projeto a certo número de parques. Você diz que o critério foi diagnóstico de uso de ocupação dos parques, IDH, e alguns outros. Explica um pouco melhor, isso. Densidade demográfica. Explica um pouquinho isso, porque isso daqui exclui exatamente entidades que têm possibilidade de participar, mas não têm o envolvimento direto com esses parques. Isso daqui, na verdade, gera uma contradição. Não é à toa que alguns parques não têm o mesmo dinamismo que outros. Porque não têm o potencial, inclusive, de qualificação para isso. Se a gente pensar nesse aspecto, então está bom. Precisamos qualificar as pessoas ou os gestores, ou as pessoas que teriam possibilidade de participar. Mas a gente sabe que isso não acontece. Entendeu? Então, na verdade, deveria haver uma possibilidade de multiplicação das virtudes desse projeto justamente no sentido oposto. Se você trabalhasse exatamente com as entidades que têm sim, possibilidade de apresentar isso, melhorando todos os parques. Então essa é a primeira pergunta. Você falou de nova lei de Conselhos Gestores dos parques. Eu queria um pouco mais de informação sobre isso. Como é que isso daqui está sendo feito, que o Secretário comentou. A critério de... e os recursos. Eu tenho a lamentar que seja tão pouco dinheiro para projetos da sociedade civil, contra tanto dinheiro que a gente está aprovando sem, inclusive, recursos. É uma das perguntas sem retorno. É uma das perguntas que eu tenho a fazer no final. Eu sei que isso daqui é aprovado no CADES, lá no começo do ano. Eu sei que a gente está sempre brigando por isso. Mas em um projeto como esse, limitado a R\$ 190.000,00, um projeto dessa envergadura e dessa importância, eu acho lamentável que tenha um limite de R\$ 190.000,00. Já fizemos outros projetos. Eu sei como é difícil a gente dar conta, inclusive com a qualificação que vocês estão colocando, que é necessária para poder tocar esse projeto. Isso daqui, em termos de realidade de mercado, é muito difícil. Inclusive, uma entidade conseguir adesão, conseguir o apoio de profissionais, de pessoas que tenham essa competência, com essa limitação de verba. Isso daqui já compromete o projeto na origem. E eu estou falando especificamente de educadores ambientais, que são profissionais preciosos, e que dificilmente você consegue que trabalhem dentro da limitação que esse edital está propondo. Então são perguntas que eu coloco, mesmo sem ler o detalhe do edital, que eu sei que a gente vai ter que ler depois. Mas que eu entendo que, apesar da importância desse projeto, ficam a dever para a gente poder, realmente, esperar que esse projeto avance.

Ellen Simonini: Ellen Simonini, DPP FEMA. Antes de a Camila responder, eu só vou falar com a Cristina sobre o edital do Ferua, do projeto. Precisaria saber se é do 7, do 8 ou do 9, porque foram CAV's diferentes. E como eu sou mais antiga aqui no DPP, talvez eu poderia ajudar em relação a



isso. Mas também teria que saber qual o projeto que foi recusado. Se for o da Ciranda, ou se foi o da SAJAP. Qual o projeto que foi recusado, para a gente poder estar levantando. Então você vê com o Ferua, e depois você me passa.

Julie: Julie, DPP. Eu vou me ater à primeira pergunta da Cristina, que diz respeito à distribuição dos parques. Como foi escolhido isso. A gente pensou em primeiro lugar, o local ter um equipamento, uma edificação dentro do parque. Por conta de ter atividades, abrigar a equipe em alguma edificação dentro desses parques, e poder utilizar o próprio parque, que a gente considera um laboratório vivo para a Educação Ambiental. Então esse foi um dos critérios superimportantes. E como a Camila disse no começo, a gente pretende implementar 32 polos. A gente considera que esse edital foi muito difícil, mesmo. Porque ele foi totalmente reformulado, tanto em questão técnica, como em questão de prestação de conta, de documentação. Foi um árduo trabalho, mesmo. Mas a gente pretende que sirva de modelo e que o edital 12 e 13 saiam com muito mais celeridade. Um prazo muito menor. Alguma dúvida em relação a isso, Cristina? A implementar... o critério de escolha dos parques?

Cons. Cristina Antunes: Desculpe. Cristina. Eu não entendi, ainda. O critério de escolha é que o parque tenha... disponha de uma edificação para fazer o projeto?

Julie: Para desenvolver o projeto. Para que as equipes das entidades tenham um local para desenvolver o projeto.

Cons. Cristina Antunes: Eu temo que eu não tenha entendido, então, o projeto. Então o projeto vai acontecer dentro dos parques?

Julie: Isso. Dentro dos parques.

Cons. Cristina Antunes: Não poderia acontecer em escolas, não poderia acontecer dentro da própria comunidade, algum lugar promovido pela comunidade?

Julie: Pode. Você pode, por exemplo, ir até uma escola, sem dúvida. Mas tem uma referência em um parque.

Cons. Cristina Antunes: Tem uma sede. Você quer dizer, tem uma sede?

Julie: Isso.

Cons. Cristina Antunes: Certo.

Julie: A Secretaria do Verde cederia uma sede, uma referência. Mas não implica que ela não possa ter essa mobilidade, sem dúvida.

Cons. Cristina Antunes: Eu vou dar um exemplo: por que o Cordeiro não pode? O Cordeiro tem a sede, tem a equipe, e tem, por exemplo, até mais do que isso, o Ecoponto da Vicente Rao tem uma sede onde já foi desenvolvido um projeto que está fechado por inoperância da prefeitura, e por falta de ajuste de contratos. Nós fizemos uma edificação com dinheiro deste FEMA. E está parado. Está fechado. Por que a gente não pode otimizar? Era uma das ideias do projeto que a gente teve recusado. Então eu entendo que vocês congelaram vocês limitaram um potencial ao limitar aos parques. E quando você fala: por exemplo, eu não conheço todos esses outros parques, mas não tem nenhum, nesta região... não tem nenhum dos parques, por exemplo, o Severo Gomes, que teria possibilidade de abrigar esse projeto.

Julie: Mas está previsto. Esse é um start. Está previsto para o 12 ou o 13, o mais breve possível. Aí a gente pode, até, abrir um pouco mais essa discussão com as entidades para adotar novos critérios de escolha.

Cons. Cristina Antunes: E outra vez, estes 10 que vocês elencaram, todos eles têm uma sede?

Julie: Todos eles têm uma sede. Todos eles.

Cons. Cristina Antunes: Eu vou visitar o Nabuco. Porque o Nabuco não tinha sede nenhuma até a última vez que eu fui lá. Mas tudo bem. Eu não estou questionando isso. Eu estou questionando é o conceito, o critério de limitar. Não vejo como o Nabuco pudesse desenvolver isso, até porque não tem nenhuma entidade organizada na região do Nabuco, para desenvolver isso. A gente ajuda o Nabuco, entendeu? E não faz parte da nossa subprefeitura. A subprefeitura de Santo Amaro, por exemplo, não tem nada. Então vocês estão falando 32 centros. Esses 32 centros deveriam equivaler às subprefeituras. Em um primeiro momento, foi isso que me pareceu. Mas não está contemplando.

Julie: Não. Nesse momento, não. Mas pretendemos contemplar. E tem o início de uma conversa de uma discussão da implementação de novos polos, independente dos editais de FEMA. Ver o mecanismo que a gente pode criar, internamente, na Secretaria, para dar continuidade na implantação desses polos. Essa conversa, felizmente, está sendo iniciada, Cristina.

Cons. Cristina Antunes: Eu tenho a lamentar, Secretário, que, por exemplo, as entidades que atuam na Ciranda não possam participar desse edital. Quer dizer, justamente a entidade que tem corpo técnico, que tem equipes, que tem gente disposta e com competência para trabalhar, com essa limitação, eu olha um por um, não vejo possibilidade de a gente contribuir.



Secretário Ricardo Brandão: Ricardo Brandão, adjunto. Eu entendo Camila, depois você pode complementar. Veja, os critérios que nortearam foram os seguintes: primeiro, acho que a Camila falou, o IDH. Então nós começamos a seleção pela subprefeitura. Não pelo parque. Porque a meta são 32 polos. Ou seja, 32 subprefeituras, um polo por subprefeitura. Então, se você pegar o mapa do IDH recente, o mais recente, essas subprefeituras, são um em cada subprefeitura, estão contempladas as subprefeituras de pior IDH, e como mesmo a Camila falou, algumas de melhor IDH. Por quê? Porque como esse projeto, nessa formatação é o primeiro que sai pelo CONFEMA, de uma série de outros dois ou três que nós pretendemos, até o primeiro semestre do ano que vem, estar com os 32 polos já publicados. Ou seja, 10 agora e mais 22 até junho, 30 de junho de 2015, um por cada subprefeitura, isso vai permitir que nós, técnicos, nós todos, e nós, entidade civil também, tenhamos um painel. Quer dizer, o projeto de Educação Ambiental para o Itaim Paulista, no parque Chico Mendes, certamente será diferente do Tenente Siqueira Campos, Trianon. Porque a cidade é diferente. Porque os usuários são diferentes. E os educadores ambientais de cada polo têm que se adaptar à realidade local. É a integração que eu falei anteriormente, com o governo local. Então o IDH foi o primeiro critério norteador. O segundo que também foi falado, estou reforçando, que tem que permitir que haja uma sede adequada. Ou seja, uma instalação física, uma edificação com as utilidades, nós chamamos básicas, água, luz, transmissão de dados, etc. Sem isso, não é possível, não impede, exatamente como foi falado, de que as escolas do entorno, de que as escolas municipais, as escolas estaduais, até escolas particulares, ou outras instituições públicas, Ecopontos, por exemplo, participem desse processo. Isso, as entidades vão nos dizer. Elas que vão ter que... Isso que você está perguntando, nós também queremos saber. Mas as entidades selecionadas é que vão estar nos respondendo. Esse é o objetivo do projeto. Nós colocamos aqui umas diretrizes que nós entendemos adequadas. E as entidades que apresentarão, no mínimo de 5, no máximo de 10, pode ser, uma entidade pegar 2 projetos, ou 1 entidade pegar 1. Então nós teremos, no máximo, 10 entidades que poderão participar. Eu acho que isso está totalmente aberto. Nós não restringimos em nenhum aspecto. Não foi o objetivo nosso. Não há restrição. Isso foi estudado, foi muito estudado. Então assim, se houver alguma restrição, tem que ser corrigido. Mas eu não creio que há alguma restrição à participação. Eu acho que a restrição é que a entidade tem que se preparar, ser tecnicamente habilitada, apresentar a documentação correta, para estar apta a ser selecionada, e implantar o projeto. Eu acho que é essa a questão fundamental. Um terceiro aspecto é a intersecção com o território CEU. Que é outro programa que é educador. O CEU educador, que faz parte também, necessariamente, desse nosso programa. Então a integração com a escola, no mínimo, no Pinheirinho D'Água, que é o 9 ali, polo Pirituba, já está contemplada a participação do CEU nesse projeto. Já está. Já é uma diretriz. Nesse caso já está, obrigatoriamente, as entidades que forem apresentar para o polo 9, vão ter que levar em conta o território CEU. Isso já está definido. E outro aspecto são os próprios levantamentos que nós fizemos, das 32 nós já fomos em 18 subprefeituras. De março até a semana passada. E nós levantamos algumas carências. Em várias dessas subprefeituras. Isso também, na nossa avaliação, foi levado em conta. Por que, por exemplo, o Chico Mendes, no Itaim Paulista, por exemplo, além desses critérios que eu estou locando, que eu estou colocando, o Chico Mendes, ele vai receber o programa Comida de Rua, do Prefeito Haddad. Ele já foi selecionado. Então, nada melhor do que você ter um parque com educação ambiental, em uma área extremamente carente como o Itaim Paulista, e que lá vai ser o primeiro parque que vai receber esse programa, Comida de Rua. Porque fecha o próprio ciclo ambiental. A Secretaria de Serviços, com suas composteiras, resíduo alimentar que forma o lixo orgânico, etc. etc. Então assim, esses são os critérios mais importantes. E para os próximos editais, eu acho que aqui fica uma sugestão, Cristina, de as entidades... Você representa uma parte delas, a Sônia está aí também. Outras pessoas. Podem também sugerir. Eu acho que não está fechado, isso. Entendeu? Você falou Parque do Cordeiro? Não sei se as meninas aqui têm alguma informação específica. Eu, pessoalmente, não conheço esse parque ainda. Mas nada impede que seja... Não é, o próximo edital, por exemplo, em fevereiro. Isso não está fechado. Nós estamos per... por quê fevereiro? Porque é um novo orçamento. Hoje é o último dia que nós temos pela legislação para fazer reservas e empenhos, hoje. Depois, só vai fazer reserva e empenho com uma burocracia maior. Esses projetos onerarão o orçamento 2015. Esses aqui que vão ser apresentados, só vão ser implantados em 2015. E a nossa meta é que abre o orçamento final de janeiro, final de fevereiro. Nós queremos antecipar isso também, a seleção. Isso é um gargalo que nós detectamos no FEMA 10, que a gente pegou como herança. O longo prazo entre a publicação e o início. Acho que nem iniciou ainda. Nem iniciou. E foi publicado em fevereiro? Ou janeiro? Então, nós estamos em novembro. Então isso é um gargalo que nós temos que corrigir. Quer dizer, eu até pedi para as meninas elaborarem um cronograma para o edital 11. A gente não pode



publicar isso e esperar o início em setembro do ano que vem. Isso não faz o menor sentido. Então isso, nós vamos ter que antecipar. E outra questão também é onde nós detectamos que os CADES regionais estão um pouco mais fortalecidos em algumas dessas subprefeituras. Quer dizer, há uma integração entre o subprefeito, entre a equipe do subprefeito, e alguns CADES. É claro que os próximos 22, para completar a meta, não são restritos. Não é um número fechado. É o mínimo de 32. Então nada impede que, por exemplo, para 2016, se nós cumprirmos todos os 32 o ano que vem, em 2016, podem ter outros 15, ou outros 10, outros 9. Depende de outra questão que você colocou que é a questão orçamentária. Então isto... Não vou dizer que seja um gargalo, mas é um fator importante. Até para que nós tenhamos, nessa experiência agora, que esses foram os recursos disponibilizados no momento. Esses R\$190.000,00 por polo, que seria R\$ 1.900.000,00, que isso possa ser levado em conta, também, em um valor maior, desde que isso se reflita em um projeto maior. Quer dizer, esses R\$ 190.000,00, eles estão adequados, esses recursos, ao que se propõe esse edital. Quer dizer, poderia ser R\$ 230.000,00, por exemplo? Poderia. Mas aí, seria outro edital. Outro projeto, com outras características. Esse valor de R\$ 190.000,00, eles estão amarrados a esse objeto.

Cons. Cristina Antunes: Secretário, com relação a essas explicações, para mim fica claro que existe uma perspectiva de, mais para frente, a gente conseguir amplificar o efeito desse projeto. Eu tenho um comentário a respeito dessa opção, por uma forma de restrição. Na administração anterior, nós tivemos dois editais seguidos. Vocês me corrijam se eu estiver errada, que só contemplava APA's. E com isso, se perdeu muito tempo, em que outras entidades que não trabalham em APA's... Que as entidades têm perfis específicos. Nós temos muitas entidades trabalhando, mas quando você limita a APA, você está restringindo um universo com o qual as entidades, não necessariamente, têm familiaridade. Então eu sinto que existe um empenho da sociedade civil em atuar, mas têm essas restrições. Como nós tivemos durante três anos, sem conseguir fazer projetos, por conta disso. E os projetos, obviamente, ninguém está brincando de Associação, ninguém está brincando de entidade. A gente realmente faz projetos de interesse coletivo, usando o dinheiro público. Dinheiro de um fundo público, está certo? Então, eu entendo isso. Eu tenho outra questão, com relação a essa análise que foi feita. Toda análise tem um viés. A questão do IDH e a questão da "precariedade", vou colocar entre aspas, desses locais que foram eleitos, eu acho que tem que ter uma leitura prévia, de por que essas regiões têm essa precariedade? Eu tenho a veleidade de achar que as regiões que têm, realmente, uma sociedade civil organizada, promoveram essas mudanças, essas melhorias nesses locais. Nos locais onde atuam. Nos locais onde não atuam, eu, outra vez, tenho a veleidade de entender que a precariedade decorre da falta de envolvimento da sociedade civil. E você não constrói capacidade em sociedade civil, da noite para o dia. Portanto seria talvez fosse mais produtivo ampliar essa capacidade das entidades que já construíram a sua massa crítica para atuar, ao invés de começar com um projeto como esse, só em regiões que têm essa precariedade. Eu trabalhei com regiões carentes, Secretário, e assim, a precariedade leva as pessoas a fazer o básico para a sobrevivência. Não é necessariamente, e a gente tentou isso, fazer programas de Educação Ambiental, ou programas de qualificação ambiental para a região, em programas habitacionais, porque as carências são tais, são de tal monta, que não sobra energia, não sobra tempo, não sobra condição de investir nisso que para nós é fundamental, mas para muitas comunidades, é supérfluo. Porque não é uma questão de sobrevivência. As demandas são muito mais cotidianas para a sobrevivência, do que programa de Educação Ambiental. Eu falei do Nabuco, porque um dos equipamentos que a gente comprou com dinheiro público do FEMA para fazer um projeto, está lá, no tempo, porque não tem um lugar para guardar. Então como é que o Nabuco foi escolhido, porque nem lugar tem. Não tem uma sede, não tem um nada para você desenvolver um programa. Ou então, o projeto vai prever recursos para construir essa sede. Então, eu estou colocando questões, obviamente, para contribuir com essa análise. Não estou questionando a decisão. Eu acho que é um projeto importante. Estou questionando alguns dos critérios que levaram a excluir. E eu estou falando já, assim, de cadeia. Está excluindo entidades que têm capacidade, que têm competência, que poderiam contribuir muito mais do que vão poder com as restrições que foram colocadas. Mas tudo bem. Eu entendo que tem uma decisão da Secretaria, uma decisão de governo, que a gente acata. Eu estou colocando aspectos que eu acho que deveriam ter sido levados em conta. A gente fica esperando que realmente saia dinheiro. E mais, Secretário, eu espero que no CADES, quando chegar janeiro, fevereiro, que o FEMA leva a proposta orçamentária para o CADES, para dizer quanto que precisa, que no mínimo dobre o valor, no mínimo, dobre o valor. Que seja repassado, que possa ser repassado para esses projetos. Que diminua o dinheiro que a gente está dando para o governo, para fazer coisas que... está nas minhas 5 perguntas, que a gente não está vendo ser bem aplicado. Obrigada.



Secretário Ricardo Brandão: Eu não entendi, e não sei se o pessoal entendeu, quais as restrições que estão colocadas. Sinceramente, não ficou claro para mim.

Cons. Cristina Antunes: São 10 parques que foram escolhidos. Isto restringe. Aqui, outra vez, não tem nenhum na subprefeitura de Santo Amaro. Não tem nenhum único na subprefeitura de Santo Amaro. Aliás... Na Vila Mariana também não.

Secretário Ricardo Brandão: Nem na Sé.

Cons. Cristina Antunes: Então, restringiu.

Secretário Ricardo Brandão: Não, mas não é restringir. É uma seleção.

Cons. Cristina Antunes: Tudo bem.

Secretário Ricardo Brandão: O ideal, usando um paralelo, é que todos pudessem entrar nas melhores faculdades. Mas há um critério. Há um vestibular, há um Enem, há uma classificação. Essa classificação é natural. Ela não é uma eliminação. Quer dizer, a prefeitura da Sé, a prefeitura de Santo Amaro, ela vai estar contemplada em outro momento.

Cons. Cristina Antunes: Não. Então, isso que eu estou dizendo. Neste momento, isso restringiu. Eu não estou... Secretário, eu não estou recriminando o fato de existir...

Secretário Ricardo Brandão: Mas o que isso tem a ver com a entidade? Eu não entendi o por que uma entidade sediada em Santo Amaro, se é esse o problema, se é geográfico, por que ela não pode prestar serviço em Parelheiros? Qual a limitação de uma entidade... se é essa... eu não entendi a limitação.

Cons. Cristina Antunes: É essa limitação. As entidades da sociedade civil, Secretário, atuam em determinados territórios, nos quais elas têm conhecimento, têm articulações, podem contribuir. Eu não conheço Parelheiros. Eu não conheço os problemas específicos de Parelheiros. Eu não exerço liderança em entidades em Parelheiros. São 32 subprefeituras. As associações, realmente, têm territórios limitados. Aliás, a região de Santo Amaro é uma pequena cidade. São 300 mil pessoas. Eu não posso ter a pretensão de atuar em Parelheiros. Como já não pudemos ter quando os editais se limitaram às APA's. E mesmo assim, as entidades que atuam nas APA's, não tiveram condição de massa crítica, de pessoal para poder participar dos projetos, dos editais. Está certo? Então, não adianta eu pretender com os recursos humanos que a gente tem... Eu falo "recursos humanos" porque somos todos voluntários, sempre, atuar em uma região que eu não domino. Eu não vou aprender do zero, para fazer um trabalho completo, um trabalho de qualidade, em uma região que eu não conheço. Então, não adianta. Eu tenho que atuar... a gente tem limites de atuação. Não adianta eu querer atuar em Itaquera. Não tem a menor possibilidade. Não adianta eu querer atuar no Nabuco. Aliás, a gente até tem o contato com o Nabuco, indiretamente. Que o Nabuco está em outra subprefeitura. Está em Cidade Ademar, ou Jabaquara. Não sei. O de Jabaquara. Porque a gente não tem o domínio. Todos nós temos limitações. E até porque a gente trabalha como voluntário, a gente também tem trabalho para fazer. A gente tem que ganhar a vida. Às vezes, as pessoas acham que as associações de moradores é um bando de desocupados, um bando de gente aposentada. Não é. A gente tem limitações. E o esforço para desenvolver um projeto como os que nós temos desenvolvido aqui com recursos do FEMA, é imenso. A gente tem que localizar geograficamente, sim. Então não adianta. Não tem a possibilidade de nenhuma das 15 entidades que fazem parte da Ciranda, atuar fora do território de Santo Amaro. Ou das imediações. Das regiões imediatas. E outra vez, secretário. Não é à toa que esses bairros que têm menos carências estão... tem menos carência. Existe uma sociedade organizada. Mas não dá para organizar, ser criada da noite para o dia, uma sociedade organizada. Quando as carências são básicas. São básicas. As pessoas precisam se estruturar para isso. E trabalho de organização da sociedade civil, que é quem provavelmente vai se habilitar, se candidatar a esse projeto, esse trabalho leva tempo. Não acontece da noite para o dia. Eu acho o projeto extremamente interessante, mas acho que precisava uma etapa anterior. Uma etapa de organização, de capacitação, não especificamente a preservação ambiental. Mas para que houvesse, nessas regiões, eu não sei se vocês fizeram esse levantamento, que houvesse, realmente, entidades da sociedade civil com capacidade material e de pessoal para fazer esse projeto. E outra vez, se precisar contratar educadores ambientais, esse dinheiro não dá.

Secretário Ricardo Brandão: Essa questão geográfica, ela acontece... Não geográfica, mas a questão da seleção, ela é sempre assim. Pensando nas Olimpíadas aí, que vão acontecer em 2016, por que o quarto lugar não está no pódio? Às vezes, por décimos de segundo, em uma determinada modalidade, ele não ganha a medalha de bronze. E enfim, fica fora. São regras. Nós temos 32. Claro que em um primeiro momento, se nós lançamos dez, 22 vão estar fora. Se em um segundo momento nós lançamos mais dez, claro que outras 12 estarão fora. Então essa reclamação, ela vai persistir até todas estarem contempladas. Então não existe muito, nesse momento, como resolver. Essa questão



não consegue. O que conseguiria é nós termos três vezes mais dinheiro, e fazer um edital com 32 subprefeituras de uma só vez. Que infelizmente, não é o caso. Então essa questão geográfica, ela foi levada em consideração. Eu acho que os critérios estão claros. Depois pode até a Camila mandar um e-mail com detalhes do que nós estamos colocando aqui numericamente falando. Mas isso se resolve. Ao inverso do seu raciocínio, quando estiver em Santo Amaro, e se no edital 12, por exemplo, não tiver a Sé, o pessoal da Sé vai reclamar. Puxa, mas agora Santo Amaro, eu não vou atuar. Porque eu estou aqui na Sé, minha área de atuação é a Sé. Então esse raciocínio, ele é válido, sempre, até que as 32 subprefeituras tenham sido contempladas. E depois, vai vir outra reclamação: dentro das subprefeituras, você escolheu um parque muito longe da minha entidade. Você pega a Capela do Socorro, eu acho que tem mais de 25 km de eixo, ali. Por que nós escolhemos um parque aqui, e não um parque lá na...? Isso também... Quando a gente começa a dar zoom na situação, esse conflito, ele vai começar a aparecer. Dentro de Pirituba, por que escolheu aquele parque ali, que é perto de 5 ou 6 entidades, e não outro, que é lá do outro lado de Pirituba, que demora 2 horas de ônibus, etc.? Então no micro também vai ter esse tipo de colocação. Volto a insistir: o valor, ele é perfeitamente adequado às atuais necessidades. Perfeitamente adequado. Nós estamos esperando uma grande demanda, uma grande oferta, na verdade, de projetos de entidades. Ao que se destina esse valor é perfeitamente adequado. Então isso é importante. A prefeitura, como eu falei... A Secretaria de Serviços está envolvida. Têm alguns recursos que vão ser colocados pela prefeitura. A Secretaria do Meio Ambiente está envolvida. A Secretaria de Educação. No caso, o território CEU também está envolvido. Então eu volto a dizer: o valor é perfeitamente adequado às necessidades expressas no edital.

Cons. Alessandro Azzoni: Azzoni, do CADES. Eu entendo perfeitamente o que a Cristina está falando. Eu fui embrião do projeto CADES regional em 2009, na primeira eleição que a gente fez. Eu fui eleito. Já participava de ONGs ambientais, já participava de movimentos ambientais na região da Vila Mariana, e o que a gente percebeu? Percebeu uma evolução muito grande naqueles dois mandatos que a gente teve, de quatro anos. A evolução das atitudes socioambientais locais. O que a Cristina está dizendo é o seguinte: essas áreas são carentes dessa educação ambiental, por isso foram escolhidas, pelo que eu entendi. Só que se você utiliza as áreas que você já tem as ONGs atuando, o potencial de ampliação dessas áreas é muito maior. Hoje, na região lá da Vila Mariana, nós temos o Parque Ibirapuera, que só de sábado, só de finais de semana, ele recebe, mais ou menos, 305 mil pessoas, entre 300 mil durante o dia, e 5 mil à noite, fora os durante a semana. Quer dizer, ele não foi contemplado. Porque o IDH, provavelmente, é alto. Ou provavelmente, não tem um CEU perto, porque a região não tem um CEU. Mas é uma área que existe muita ação de organismos ambientais, que poderiam amplificar, e muito. Eu entendo perfeitamente o que a Cristina falou. Até que você chegue a um nível de... Você tem que começar? Concordo. Tem que começar. Só que não era interessante você já começar aonde você já tem uma estrutura pré-instalada, que você vai ampliando muito mais essa base? Porque onde você vai começar em uma área que você não tem nada, para você chegar até um ponto... eu acho que mais ou menos é isso o que você quis dizer, não é, Cristina? Eu entendi perfeitamente. A contribuição é muito maior. As ONGs já estão, e as Associações, já estão preparadas para esse tipo de ação. Essas atuações, elas são mais efetivas. Então eu acredito assim: fica muito difícil, por exemplo, no meu caso, também, ir para áreas mais longínquas. Minha atuação é Vila Mariana. Não consigo sair desse meio da Vila Mariana. Não vou conseguir ampliar meu leque dali. A mesma limitação da Cristina. E a gente fica vendo um projeto tão excelente da sua implantação, que a gente gostaria de poder participar, mas assim, de uma participação mais efetiva nas regiões, que a gente pode amplificar muito. Então eu entendi o que você quis dizer, Cristina. Eu também acho que a colocação dela está muito correta.

Cons. Cristina Antunes: Eu poderia fazer uma sugestão, Secretário, sem que se mexa... Está bom. Eu acho que o projeto está posto. O edital está posto. Mas como sugestão, por exemplo, que isso daqui fosse dividido meio a meio. E que a gente elaborasse... Isso é uma falta que a gente sente quando saem os editais. Os editais ficam muito pontuados. E seria muito interessante que as entidades que assumissem esse projeto tivessem uma interlocução entre si. Sabe? Porque aí a gente poderia, realmente, multiplicar. Se isso daqui fosse, vamos supor, meio a meio, 5 entidades jamais capacitadas, e outras entidades que ainda estão em construção, em formação, que isso daqui pudesse ser multiplicado em uma interlocução, realmente. A gente sentiu muita falta disso, nos projetos que a gente fez. Porque a hora que a gente recebe o projeto, depois nunca mais ninguém se encontra. E nós solicitamos, inclusive, reuniões para apresentar, dar conta do andamento do processo. E isso só acontece com a equipe da secretaria. E deveria acontecer com as outras entidades. Cada uma pegar e relatar o que está fazendo, como é que está, que dificuldades que está



tendo. Então nesse sentido, se houvesse essa abertura, a gente poderia, como o Azzoni falou, a gente poderia amplificar o efeito do projeto para os dois lados. Isso é uma sugestão. Quer dizer, porque obviamente, não são só esses dez polos que têm dificuldades.

Secretário Ricardo Brandão: Um ponto também que precisa destacar, bem em cima das duas falas agora, é a questão da legislação, que embasa esse edital. É uma legislação desse ano. Então a lei municipal 15.967, de 24 de janeiro. Ou seja, não tem dez meses ainda, essa lei. E a outra, que é a lei federal 13.019/2014, que fez toda uma reorganização das entidades, é uma lei que foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff, se eu não me engano, é de julho. Ou agosto. Não sei se as meninas aqui sabem, DPP. A lei federal 13.019, de quando que ela é?

(colocação fora do microfone)

Secretário Ricardo Brandão: 31 de julho de 2014? Ela não tem quatro meses.

(colocação fora do microfone)

Secretário Ricardo Brandão: Sim. Tem a medida provisória, que é de...

(colocação fora do microfone)

Secretário Ricardo Brandão: Agosto?

(colocação fora do microfone)

Secretário Ricardo Brandão: Têm 16 dias? Então nós estamos trabalhando. Estava tudo pronto. Surgiu a medida provisória. Tivemos que readaptar o edital. Passou pelo jurídico. Então o que eu quero dizer é que em termos de legislação... Eu não sou advogado. Não sei se tem algum advogado ou advogada aqui. Mas em termos de legislação, 16 dias não é nada. Um ano é pouquíssimo. Uma lei, ela se torna aplicável, tem jurisprudências, tem pareceres e tem o entendimento social depois de 3, 4, 5, 6 anos. Então esse ponto é muito importante. Isso foi considerado em toda a corporificação do edital. Essas duas legislações desse ano, três, incluindo a medida provisória. Elas estão contempladas aqui. O que é, do ponto de vista de marco regulatório, das tratativas das instituições públicas, com as organizações da sociedade civil, é um novo marco que nós estamos trabalhando. Vocês atuam nisso, e você sabe que houve uma série de mudanças. Na nossa avaliação, até agora, mudanças para melhor. Como órgão público. Eu acho que houve uma regulamentação. Criou novos paradigmas. Existem hoje, parâmetros mais claros. Eu acho que nós, que temos acesso à imprensa, sabemos que durante vários anos houve vários problemas na relação dos órgãos públicos com as organizações da sociedade civil, em vários locais, independente de gestão, independente de ser Municipal, Estadual ou Federal. E essa legislação, discutida no Congresso Nacional, ela vem, acho que, somar. Então isso é muito importante ser considerado para o edital 11. A questão do Ibirapuera, que foi muito importante o que o Azzoni colocou, é o seguinte: nós temos o entendimento de que o Ibirapuera, como o melhor parque da América Latina, 8º melhor parque do mundo, ele, por si só, ele já vêm as demandas, as situações, já vêm por gravidade, como a gente fala na engenharia. Quer dizer, já caem no colo do Ibirapuera. Se pegar qualquer empresa hoje, onde ela quer fazer um evento? No Ibirapuera. Onde é a sede da UMAPAZ? No Ibirapuera. Então assim, a questão do Ibirapuera, naturalmente muito forte. Naturalmente muito forte. Nós, inclusive, estamos com uma diretriz de conseguir fazer eventos em outros parques da cidade. A empresa, por exemplo, que queira fazer um evento no Ibirapuera, nós gostaríamos de convencê-la a ter uma contrapartida, e fazer um evento em Cidade Tiradentes, por exemplo. Fazer um evento no Itaim Paulista, fazer um evento em Ermelino Matarazzo, fazer um evento em Perus. Porque o Ibirapuera, ele é muito forte. Ele é, naturalmente, muito forte. Claro que Vila Mariana não está aqui contemplada. E pode ser que em um segundo, em um terceiro edital que nós vamos publicar, venha a ser o Ibirapuera. Mas o Ibirapuera... o critério foi assim: o Ibirapuera é muito óbvio. Ele é muito forte nessa questão. Agora, como sugestão, Azzoni, tanto o Pinheiros... o Trianon, nós estamos falando de um parque a 800 metros daqui. 1000 metros, no máximo, e o Jabaquara, estão ali, no raio de influência de Vila Mariana. Mais o Trianon. Que acho que é um parque muito bacana, e faz parte, não sei se vocês sabem, de um (incompreensível) ali. Tem o Mário Covas, e também o Zilda Natel. No eixo Paulista, Doutor Arnaldo. São os três parques que estão sob a mesma gestão.

Cons. Sônia: Sônia, Morro do Querosene. Primeiro, eu quero me desculpar pelo atraso. E eu gostaria de fazer duas observações. Eu acho que é um Edital bastante interessante, bastante importante na nossa demanda de uma política de educação ambiental. E eu gostaria de saber, eu não estava aqui no começo, não sei se foi falado sobre isso, a participação da UMAPAZ nessa formulação e no desenvolvimento dos projetos. Sobre esse recorte que foi feitos dos parques... Porque eu entendi que existe uma demanda da Secretaria, uma necessidade da Secretaria do Meio Ambiente, de promover políticas de ocupação dos parques. A gente teve uma quantidade de parques grande, sendo instalados nos últimos oito anos. Então eu entendo que esse cruzamento da política



de educação ambiental, com a necessidade de ocupação dos parques é que levou à definição de que os projetos sejam desenvolvidos nos parques, e pelo que eu entendo, em conjunto com as equipes dos parques. Gostaria de saber se esse meu pensamento está de acordo com o que foi pensado para o edital? Porque o que eu vejo aqui dos parques escolhidos, eu não consigo ver nenhum critério de IDH, e nenhum critério relacionado à existência de entidades ou não, nesses lugares. Porque do Parque Previdência é um lugar que não tem um IDH de necessidades, entendeu? Se pegasse o parque Raposo Tavares, sim. Mas o Parque Previdência, não. E existem muitas associações lá, no entorno. Eu tenho a impressão de que esse recorte é mais pelas equipes que estão nesses parques, do que pelas regiões. Mas enfim, eu acho que isso, nesse momento, eu não estou dando tanta importância para esse recorte, porque eu acredito que isso seja o início... Quer dizer, houve um critério. Não consigo entender exatamente qual foi o critério, mas houve um critério. E que daqui para frente, vão ser estendidos aos outros parques. Nesse sentido de ter um edital que vincula a necessidade de ocupação dos parques com a política de educação ambiental. E eu gostaria, por fim, de defender o aumento dos recursos porque a gente tem visto em Secretarias como a da Cultura, a Secretaria de Direitos Humanos, editais com disponibilidade de recursos maiores. Então eu acho que existe essa possibilidade de aumentar o recurso destinado à educação ambiental, que é uma necessidade mundial. E por fim, era uma pergunta sobre a legislação, a legislação federal. Então o Ricardo já falou sobre isso, que eu também queria saber se a nova legislação estava sendo contemplada. Porque eu vi aqui que ainda se pede 5% ou 10% de contrapartida. E essa contrapartida, nos outros editais, das outras secretarias, não existe. Então eu queria entender porque aqui, ainda, tem. Porque enfim, eu não consigo entender muito essa contrapartida. Porque a gente já dá uma contrapartida enorme. A gente dá uma dedicação que já é uma contrapartida. Quer dizer, eu não entendo muito a necessidade dessa contrapartida financeira.

Camila: Camila, assessora do gabinete da Secretaria. Eu só queria colocar um esclarecimento referente ao critério de seleção dessas subprefeituras e desses parques. Inicialmente, a gente pensou em macrorregiões. Houve até algumas mudanças, porque eram dois polos no leste, dois polos no sul, três no centro-oeste, e três no norte. Isso inicialmente tanto que está no Planeja Sampa. Tanto que têm polos dessa configuração, no Planeja Sampa. A gente inverteu de forma que ficassem três polos na zona leste, três na zona sul, dois na centro-oeste, e dois na região norte. Isso, por conta da quantidade de subprefeituras. Pensando em uma distribuição. Eu acho que é obrigação da Secretaria do Verde também pensar em São Paulo como um todo para essa distribuição geográfica, de forma justa. E também houve outro edital, que contemplava as 32 subprefeituras. Mas teve uma limitação orçamentária quanto a isso. E por isso, refletiu na limitação desses dez polos. Mas que a gente, conforme já dito, isso é previsto de ser contemplados nos outros dois próximos editais.

Ellen Simonini: Ellen, do DPP. Só uma colocação sobre a contrapartida que a Sônia colocou. Em relação às outras Secretarias, eu não sei. Mas em relação ao FEMA, a gente segue o Decreto 49.530, de 29 de maio de 2008, que fala sobre a liberação dos recursos, e cita sobre a contrapartida. Então a gente tem que estar dentro da lei, que fala sobre os recursos que são financiados e também, as entidades têm que dar. Mas também eu vou pesquisar, e vou também, trazer mais informações.

Julie: Julie, DPP. A gente tem tido contato permanente com o jurídico. E o nosso jurídico optou por fazer essa adequação da lei, 13.019, gradualmente. Então têm algumas coisas contempladas, e outras vão ser estudadas de forma mais aprofundada. O mais criteriosa possível. E por conta da MP, que adia em 365 dias, a implantação da definitiva da lei, e isso está sendo gradual.

Secretário Ricardo Brandão: Só para complementar. Sônia, a gente fez um grande debate aqui antes, sobre os critérios. Depois, Camila, se puder... até explicar, assim. Mas basicamente, são as subprefeituras. Nós fizemos um balanceamento do IDH. Então, nós pegamos IDH's ruins, ou não tão bons, como ali no Itaim Paulista, com IDH's muito bons, como Pinheiros. São critérios. Agora, fala: bom, por que Itaim Paulista e não outra, e por que Pinheiros e não outra para contrabalancear? Isso tem uma série de critérios, entre os quais, as edificações existentes nos parques, que possam receber adequadamente esse tipo de projeto. Isso também foi um critério. Às vezes, você tem um parque muito bom, um parque muito bem frequentado, com várias entidades, como você colocou, em volta, mas a estrutura, a infraestrutura não é boa. Não é adequada nesse momento. Então esse também foi um critério. A questão... eu estava até colocando... não sei se você pegou essa parte da minha fala, que nós temos 32 subprefeituras. Então tem que ser um polo por subprefeitura. É a meta 87. Mas nada impede, se nós avançarmos, se houver mais recursos, se houver uma integração da sociedade civil, se o programa realmente deslançar nada impede, por exemplo, de ter 64 polos. Dois por subprefeitura. E nessa hipotética segunda rodada de polos ambientais, nós poderemos ter esse conflito já dentro da subprefeitura. Hoje, nós estamos com "conflito", claro, na cidade. Por que tal



subprefeitura, por que não? Depois vai ter dentro da Subprefeitura, por que esse parque, por que não? Entendeu? Porque conforme nós vamos avançando, naturalmente, outras demandas vão surgindo. Então esse edital levou uma série de situações. A gente não vai repetir. Depois a Camila pode colocar para você, Sônia. A situação das subprefeituras, a situação da integração com o CADES, a integração, por exemplo, eu repito, no parque Chico Mendes, Itaim, onde nós vamos implantar o programa Comida de Rua, prefeito Haddad, o Parque Pinheirinho Jaraguá tem interface com o programa Território CEU, capitaneado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Então existem alguns critérios muito fortes. E é claro que para as entidades é muito bom que os parques sejam próximos a elas. Isso não tenha dúvida. Não tenha dúvida. Mas nós, como instituição pública, como a Camila colocou, quer dizer, nós temos que olhar a cidade como um todo. Então para nós, dentro das outras Secretarias, Secretaria de Serviços está participando ativamente com a gente, a própria Secretaria de Governo. Nós entendemos que esses são os melhores polos, os melhores locais neste momento. E vão ter mais 22 subprefeituras que nós pretendemos publicar os editais até 30 de junho de 2015.

Cons. Cristina Antunes: Eu queria meio que complementar o que a Sônia falou sobre a questão de contrapartida. Eu entendo que a contrapartida é muito pesada, realmente, para as entidades. Mas tudo bem. Tem sido cobrada. Agora, eu quero saber da contrapartida das Secretarias. Por que a gente está dando dinheiro um atrás do outro, e a gente não vê contrapartida (incompreensível) em um caso. Quer dizer, por que esse tratamento tão diferente para órgãos públicos que têm seus recursos orçamentários, tem seus próprios fundos, e a gente dá dinheiro do fundo, sem nenhuma garantia de contrapartida. E por outro lado, Secretário, essa questão que o senhor colocou, eu concordo plenamente. Acho que a gente não consegue dar conta de tudo ao mesmo tempo. Eu só acho que um critério que coloca só entidades que já têm precariedades, para superar essas precariedades, sem uma contribuição prévia com os R\$ 190.000,00, não se dá conta de um projeto dessa magnitude. E isso remete, novamente, para uma queixa histórica nossa, e que eu acabei de falar agora há pouco. Tem que dar mais dinheiro para a sociedade civil. Tem que parar de dar dinheiro para Secretarias que são ricas, como a do Transporte, e que estão levando o dinheiro do fundo, porque no começo do ano, o CADES aprova só um limite de sei lá quanto é que foi... R\$ 1.900.000,00, para todos os projetos de entidades da sociedade civil. Isso o ano que vem. A gente pode ter esperanças de que em fevereiro saia outro edital para esse programa. E depois, sei lá quando, em julho, precisa que no começo do ano, se aprove uma verba muito maior para editais, do que a gente tem aprovado no CADES. E esse dinheiro, essa proposta sai daqui. Não é o CADES que corta, que nem os vereadores cortam na Câmara. Já vai uma solicitação de dinheiro limitada. E o CADES aprova. Então é o próprio FEMA que tem que pensar em reservar mais dinheiro para esses projetos.

Maria de Lourdes Telles da Rovare: Depois da Conselheira Sônia, colocaremos em votação, o Edital 11.

Cons. Sônia: Até esqueci o que eu ia falar. Sônia, do Morro do Querosene.

Cons. Cristina Antunes: Você lembra depois. A gente pode votar, e depois você... Porque vai voltar para a cabeça, já, já.

Maria de Lourdes Telles da Rovare: Vamos para votação. Os conselheiros favoráveis à aprovação do Edital 11 permaneçam como estão.

Cons. Cristina Antunes: Eu aprovo, com essas ressalvas que foram colocadas.

Cons. Alessandro Azzoni: Eu também voto com a Cristina. Com as ressalvas colocadas.

Maria de Lourdes Telles da Rovare: Edital aprovado por unanimidade, com algumas ressalvas da Conselheira Cristina, e o Conselheiro Alessandro. Podemos passar então, para o próximo ponto de pauta, que foi a sugestão de inclusão de pauta da Conselheira Cristina Antunes.

Cons. Cristina Antunes: Bom, eu vou colocar, Secretário, 5 perguntas. Mas antes, eu queria só um esclarecimento que é de interesse da entidade. A subprefeitura de Santo Amaro submeteu aqui à Secretaria, um pedido de verba mediante a demanda espontânea, para fazer um projeto de drenagem em uma área crítica, lá em Santo Amaro. E até agora não tivemos nenhuma resposta, nenhuma posição. Eu tenho cobrado do prefeito. Ele diz: olha, a Secretaria não deu nenhuma resposta até agora. Então eu queria saber o status dessa solicitação. Foi feito por demanda espontânea, foi submetido aqui, foi discutido aqui com a equipe, à época, era o Damasceno. Isso foi submetido... a informação que a gente tem é que está no gabinete. Então essa daí é uma pergunta. Eu sei que talvez não possa ser respondida agora. Vocês não têm notícia disso?

Maria de Lourdes Telles da Rovare: Nós vamos fazer um levantamento, e traremos para a próxima reunião.



Cons. Cristina Antunes: Por favor. Secretário, eu vou colocar as cinco perguntas, e aí, uma resposta pontual para cada uma delas. Todos esses projetos de manejo, manutenção e renovação de contratos de manejo, manutenção e vigilância, que nós temos aprovado, da minha parte, desde julho do ano passado. No primeiro momento, o jurídico desta Secretaria entendeu que não podiam ser usados com verba do fundo. Eu queria só a confirmação dessa informação. Porque eu vi no processo, desde o primeiro projeto, que o jurídico desta Secretaria não aprovou, e que aí, a Secretaria recorreu à Procuradoria Geral do Município, e que conseguiu um parecer favorável. Então eu preciso dessa confirmação. O jurídico desta secretaria, efetivamente, não aprovou o uso desse dinheiro para aquele fim.

Secretário Ricardo Brandão: Eu prefiro que você faça a pergunta, porque essa eu não tenho condições de responder. Eu não estava aqui. Eu entrei em março. Então, a gente vai levantar e responde. Acho que é melhor.

Cons. Cristina Antunes: Certo. Por que o empreendedor do projeto hidrovía veio apresentar o projeto aqui ao Conselho? Uma vez que, aparentemente, em tese, não foi destinado dinheiro para esse projeto. Esse dinheiro foi solicitado lá atrás. Meses atrás. Não foi aprovado. A informação que eu tive é que eles iam voltar com o pedido, com uma adaptação do projeto. Isso não ocorreu. E na outra reunião, veio o empreendedor apresentar o projeto. E eu fiquei pensando, eu passei isso para minha entidade. O questionamento foi assim: por que foi apresentar? Por que um empreendedor, de repente, que não está usando dinheiro do fundo, veio aqui apresentar um projeto como esse? Passo para a próxima? Nós liberamos recursos para vários projetos de outras Secretarias. Nós liberamos para a AMLURB, recurso para o Ecoponto, liberamos para a Secretaria de Transportes recurso para as ciclovias, e liberamos também para a Secretaria de Transportes, recurso... eu não estava aqui quando houve a primeira aprovação. Mas nós acabamos de... Eu falo nós, genericamente o Conselho. Porque todas às vezes eu votei contra. Mas foi aprovado recurso para um remanejamento de verba, da Secretaria de Transportes também, para fazer a modernização de redes de trólebus. Eu pergunto quem é, dentro desta Secretaria, que está acompanhando a aplicação desses recursos. Mas por exemplo, as ciclovias estão com questionamento no Ministério Público porque estão sendo feitas atabalhoadamente. Eu tenho tido reuniões com a CET sobre isso. É realmente atabalhado o termo. Saindo com projetos não estudados, não comunicados, não discutidos com a sociedade civil. E agora, pagando o que já foi feito. Coloca a Secretaria em uma situação tão ridícula. Passou lá a ciclovia na Praça Vilaboim, e há outros lugares onde a ciclovia foi feita, e que está em vias, também, de ser substituída. Então a gente tem uma cena... eu, como moradora, como cidadã, e como membro do Conselho, fico com vergonha de ter aprovado um projeto que está sendo feito tão mal e porcamente, sem critérios, sem projetos, sem nada. Agora, nós liberamos o dinheiro. Tem alguém aqui nessa Secretaria, algum setor dessa Secretaria que fiscaliza o que está sendo feito? Nós demos 10 milhões para este ano. Dos 10 milhões, vamos pensar que um troco, 500 mil tenha sido aplicado na Vilaboim, na praça Vilaboim, e que agora eles estão, ridiculamente, passando uma tinta cinza por cima, tendo que engolir uma reclamação procedente. Uma reclamação que faz sentido, como outras que a gente tem lá na região de Santo Amaro, que é onde eu estou acompanhando mais de perto. Nós vamos ter a 5ª reunião com a CET, para questionar uma implantação de ciclovia, que eles fizeram da noite para o dia, sem nenhum projeto. E com discussões descasadas. Porque a subprefeitura sai e faz, a CET sai e faz, e a Central da CET sequer sabia que existia um projeto, já aprovado, que já foi pago pela subprefeitura, e que não foi considerado na hora de implantar esse projeto. Então, Secretário, o que está acontecendo é que nós estamos liberando dinheiro sem saber para onde vai. Sem saber com que critério está sendo executado. Eu isento aqui, a AMLURB, porque realmente, a AMLURB tem tido cuidado na implantação dos Ecopontos, embora também esteja saindo na imprensa e eu não acredito em tudo que sai na imprensa, e por isso a gente vai atrás. Mas eu sei que há problemas também, em alguns Ecopontos. Alguém está fiscalizando? Se o dinheiro que foi liberado está sendo aplicado? Se está sendo aplicado corretamente? Se houve algum desvio? De repente, vamos tapar um buraco aqui. Já que tem dinheiro do FEMA, vamos usar esse dinheiro aqui, depois a gente dá um jeito. Então eu preciso saber quem é que está acompanhando. Não é nem dizer que as Secretarias têm problemas. Claro que têm. Todas as Secretarias têm problemas. Mas se saiu dinheiro do fundo, o fundo é responsável por acompanhar a aplicação desse dinheiro. Então esta é outra pergunta que eu faço, que eu acredito que talvez não possa ser respondida agora, Lourdinha. Também não dá?

Maria de Lourdes Telles da Rovare: Pode falar, Alessandro.

Cons. Alessandro Azzoni: Azzoni. Em questão dessa aplicação dos recursos das ciclofaixas, eu pedi, em umas duas ou três reuniões, sempre, que quando esse recurso fosse totalmente aplicado,



que o Secretário ou a Secretaria prestasse contas para nós. Ainda mais, pela má aplicação dos projetos. Sendo que até o Ministério Público está entrando agora para fazer a verificação das implantações das ciclofaixas. Então é de responsabilidade nossa, ter... como saiu 10 milhões daqui, então ele teria que prestar contas para nós. Eu já tinha pedido, na época que o presidente era o Damasceno. Eu pedi. Em duas reuniões, eu pedi que quando fosse terminada a execução, fosse feita a prestação de contas para nós. Então estou reiterando aqui já, aproveitando aqui a deixa da Cristina, para colocar minha terceira solicitação de prestação de contas. Só colocando, na Vila Mariana, eles implantaram uma ciclofaixa do lado do embarque de um colégio. Ou seja, as crianças vão ser atropeladas pelas bicicletas no desembarque. São coisas assim, que realmente está acontecendo um... O projeto é excelente. É necessário para a cidade. Só que a CET está pecando na implantação dos projetos. E provavelmente, essa má implantação pode inviabilizar um excelente projeto, que deu certo no mundo inteiro. Então, é importante que a gente tenha essa prestação, esse esclarecimento. Obrigado.

Cons. Cristina Antunes: E complementando, Secretário, na verdade, uma administração pública que se gaba de ser participativa, de ouvir a comunidade, está pisando na bola federal, porque não está nem botando faixa na rua, para dizer: amanhã, você vai amanhecer com uma ciclovia na sua frente. E eu falo com muita tranquilidade nesse aspecto, porque nós tivemos como coordenadora que esteve aqui, a Suzana, quando veio aqui pedir o dinheiro. Ela tem estado com a gente, e finalmente a CET concordou em fazer reuniões para discutir outro traçado. Então nós tivemos já, duas reuniões. Vamos ter mais uma agora no dia 21. Porque agora, pela primeira vez, eles aceitaram propostas da sociedade civil, inclusive, traçado. Sobre inclusive, trajeto que cause menos impacto em determinados locais, como esse que o Azzoni falou, na frente de escolas. E ignora outras áreas. Por exemplo, na frente de universidades, onde, realmente, poderia haver, porque na frente das universidades lá em Santo Amaro são coalhadas de motos. Então já é um estacionamento de motos o tempo inteiro. Então precisa ter adequação para isso. Agora, o problema é a pressa. O problema é a pressa. Tem que fazer 200 km até o fim do ano. Nós estamos em meados de novembro. Então esse projeto está sendo muito infeliz nessa aplicação. E outra vez, nós somos corresponsáveis, porque nós demos dinheiro para isso. E estamos vendo essa... Eu entendo que, Desculpem o termo, mas eu acho ridículo a gente amanhecer agora... o cara pintando, gastando nosso dinheiro para desfazer o que foi malfeito. Isso aqui não é admissível em uma administração pública séria ou competente. A próxima pergunta é uma que a gente tem feito reiteradamente, pedindo informações sobre o dinheiro de manejo, manutenção e vigilância que já foi liberado. Nós não temos recebido a prestação de contas no ritmo que a gente pediu. E mesmo quando a gente recebe, fica muito óbvio que não está sendo usado todo o dinheiro que já foi aprovado. Essa história de aprovar dinheiro para o ano que vem, sem saber o que vai ter em caixa, na verdade, é uma gestão precária do dinheiro de um fundo. Eu estive conversando com um dos promotores lá que trabalham no FID, o Ferua que agora voltou a ser suplente. O Ferua é nosso representante no FID. Então no FID, em primeiro lugar, os valores reservados para projetos, e são sempre projetos de interesse público e da sociedade civil, o limite por projeto é 1 milhão. Então já começa que o dinheiro é muito diferente. E eles aprovaram sim, têm dinheiro comprometido de 250 milhões. Só que condicionados a ter a verba. Então não é nada que precise para amanhã, como a gente está fazendo aqui. Se tiver dinheiro no FID, este projeto, algum dia, vai ser executado. Aqui a gente está executando projetos para tapar buracos. Para aprovar renovação de contratos de manejo, manutenção e vigilância, que têm que acontecer amanhã. Esse é o argumento. Só que não estão acontecendo. A gente não tem a resposta. Quer dizer, outra vez, posso dar o exemplo do Cordeiro. Nós aprovamos no dia 6 de outubro, 2 de outubro do ano passado, aprovamos 400 mil reais, e depois disso, aprovamos mais duas verbas. Os 400 iniciais não foram gastos. Então, por que a gente está fazendo isso? O que está acontecendo com esse dinheiro? E todas as prestações que a gente teve até agora, que não estão sendo na frequência que a gente solicitou, evidenciam isso. Pedro que nos prestou essa informação. Ele falou assim: não, foram usados cento e poucos. Dos primeiros 400. Está bom. Por que não foi usado o resto? Por que foi pedido o resto, se não precisava? E se precisava, onde é que está? Por que já estão nos pedindo mais 800, em dois lotes, se não precisa ou se a gente não sabe quando é que vai ser usado. Certo? Então, outra vez, eu continuo entendendo que é absolutamente irregular a gente dar dinheiro para suprir buraco de orçamento. Eu entendo que isso daqui é dinheiro de manejo, manutenção e vigilância, que são obrigação da Secretaria. Não precisa dinheiro extra para fazer isso. Como eu entendo que vários dos dinheiros que foram pedidos por outras Secretarias também é obrigação da respectiva Secretaria. Mas a gente não tem clareza nessa prestação de contas. E por último, na penúltima reunião, foi dito que até começo de novembro ia ser resolvido o problema dos contratos de



vigilância dos parques. Como o senhor sabe, nós estamos com vários parques, sem contrato de vigilância. Portanto, deveriam ter sido fechados. Porque se não tem vigilância, fecha. O Parque do Cordeiro, como é um parque dividido por uma rua ao meio, ele realmente fechou o setor oeste. Isso é desde março deste ano. Nós estamos em novembro. Nós estamos em novembro. Pode demorar tanto uma licitação? Na última reunião, ficou dito: não, agora a gente está começando a licitação. Em uma semana sai, e aí já vai sair o contrato. Eu quero saber em que pé que isto está. A gente não vê avançar essa situação. E outra vez, se a gente está aprovando dinheiros emergenciais para usos como as ciclovias, por que pode demorar tanto para a gente ter uma licitação resolvida, para uma questão tão fundamental como essa? E primeiro, antes disso, que não devia depender de dinheiro do fundo.

Secretário Ricardo Brandão: Ricardo Brandão, adjunto. Eu vou ter que me ausentar. Tenho uma reunião com o prefeito agora, às 11 horas. Então, só vou passar rapidamente. Nós vamos responder essas 5 perguntas e também a colocação do Azoni. Eu só vou fazer um resumo. A questão dos recursos que você, primeiro, colocou, para utilização de assessoria jurídica e PGM. Nós vamos levantar. Eu não estava aqui, nós começamos em março, a nossa gestão. Vamos levantar. A princípio, eu entendo que está tudo regular. O tribunal de contas, ele está aqui com a gente, semanalmente. O pessoal... acho que não tem ninguém de DEPAVE aqui, mas o pessoal sabe que semanalmente nós estamos sendo... Não é aquela auditoria clássica. Eles estão fazendo agora, auditoria permanente. Passou do ponto de, de vez em quando. Permanentemente tem algum auditor do TCM aqui no 5º ou 6º andar, fazendo vistas, pedindo processo etc. etc. Mas isso, nós vamos responder com bastante detalhe. A questão da hidrovía. Eu vou levantar também, o que foi feito, porque teve essa apresentação e enfim, como é que está esse projeto. A terceira questão que você coloca, das ciclovias, eu acho que vale... Eu entendo assim, que a nossa prestação de contas segue a legislação. Eu entendo que talvez a... Isso já tinha sido até pedido em algum momento. Logo que nós entramos, março, abril, foi uma das primeiras reuniões. Na época ainda era o senhor Jairo que estava em DAF. Ele veio, apresentou algumas coisas. Nós aperfeiçoamos. Se isso está sendo falho na apresentação, nós vamos colocar de novo. Fazer novas planilhas, trazer o pessoal de DAF. Já fica aí, para a próxima reunião, Preparar algum material para apresentação. E a questão da ciclovia, eu acho que é isso. Tem uma frase que alguns já ouviram aqui, algumas, que eu gosto muito, que é do ex-presidente Lula, que é: a democracia não é um pacto de silêncio. Quer dizer, nós temos que falar, nós temos que conversar, tem que ir atrás da CET, porque está aqui, porque não está aqui. Só lembrando que a ciclovia, no mundo, onde deu certo, Azzoni, como você colocou, ela sempre foi polêmica na fase de implantação. Sempre. Não existe um caso de ciclovia no mundo, onde deu certo, que foi tudo tranquilo, 100% de acerto de primeira. Não existe. Isso nós levantamos. Pode pegar a Holanda, pode pegar a Bélgica, Estados Unidos, Canadá, França, qualquer país. Austrália, Nova Zelândia. Foi muito polêmico. Inclusive teve um ativista das bicicletas recentemente, falou que Nova Iorque levou seis anos para a população aceitar. Seis anos. E é claro que esses casos pontuais, que têm que ser discutidos e corrigidos não denigrem os casos de sucesso. Quer dizer, nós estamos falando de 5%, 3%, 10% de erros. Mas vamos lembrar que tem 95, 97, 90% de acertos nessa questão da ciclovia. A questão de manejo, manutenção e vigilância que você falou na quarta pergunta, também vai ser incluída na primeira resposta. E sobre os contratos de vigilância, que você colocou na última pergunta, só para lembrar: nós demitimos o diretor de DEPAVE. Então só para lembrar que além do diretor de DEPAVE, o diretor de DEPAVE - 1, foi demitido, e mais outro assessor de DEPAVE. Então assim, não vamos também, apagar essas questões. Até o diretor de DPP também foi demitido, e o diretor da UMAPAZ também foi demitido. Então assim, só para clarear que os erros, nós percebemos e corrigimos. Então essas cinco questões que você levantou, passam por essas demissões. O que é muito bom. Eu acho que faz a nossa gestão ser muito transparente, e perceber que há erros. E onde há erros, nós temos que consertar. E o Décio aqui me lembra, que todos os contratos de vigilância, se não estiverem resolvidos até o final do mês, estarão até dezembro. Porque já estão todos em licitação. Todos. Não tem nenhum contrato hoje, que não esteja em procedimento licitatório. Agora, só para dar um exemplo, teve quatro agrupamentos de parque, nós tivemos que cancelar a licitação. Houve recurso, foi para a justiça, nós tivemos que cancelar e abrir um novo procedimento licitatório. Esse é um dos motivos pelos quais os contratos, nem todos saem na data que a gente quer. Porque nós não controlamos a justiça. Nós não controlamos as empresas que podem entrar com recursos, mandatos de segurança, liminares. Não controlamos os juízes que deferem isso. Isso está fora do nosso raio de influência. Então eu pediria ao pessoal de DPP que essas cinco perguntas... Depois nós vamos conversar. E certamente, na próxima reunião... Já tem data marcada?



Maria de Lourdes Telles da Rovare: 28/11.

Secretário Ricardo Brandão: 28/11, está em cima. Mas nós vamos que dentro desses 5, certamente, nós vamos ter algumas respostas para dar para vocês. Eu agradeço, peço desculpas, eu vou ter que realmente me ausentar. Mas aí continuam os debates, aí.

Cons. Cristina Antunes: Não quis interrompê-lo, mas todos os projetos de ciclovia realmente, no mundo inteiro, foram polêmicos. Mas houve atitudes por parte do governo, completamente diferentes. Nós estamos recebendo isso feito uma tijolada na cabeça, sem nenhuma consulta à população. Em Nova Iorque, a própria coordenadora, a matéria saiu no jornal. Falava, realmente, que houve resistência, não sei o quê. Mas a coordenadora ela falou: passei 4 anos batendo de porta em porta para conversar o assunto com a população. E aqui foi feito às pressas, correndo, porque tem uma determinação do governo que quer fazer 200 km até o fim do ano. Isso começou há 6 meses. E mais: a CET está ignorando, por exemplo, projetos que já foram comprados e pagos, de planos cicloviários de determinadas regiões. Então, Secretário, está tudo sendo muito malfeito. Se fosse bem-feito, a gente não questiona. Pela Ciranda, pela SAJAP, a gente não questiona trajeto. A gente questiona a forma autoritária como isso está sendo feito. E se não fosse assim, não tinha o pessoal do Vilaboim reclamando, não tinha o pessoal do Bom Retiro reclamando, porque era... Se eles tivessem consultado, nem que fosse para fazer exatamente onde eles estão pensando, ganhariam simpatia, adesão da população. Do jeito que está sendo feito, só está criando um impasse, uma briga, e uma antipatia por um equipamento que é, sim, importante, que é, sim, necessário. Mas que está sendo feito atabalhoadamente.

Cons. Alessandro Azzoni: Azzoni. Eu só fiz essa colocação da qualidade do serviço prestado pelo seguinte: quando o Secretário veio aqui na 38ª, ele apresentou um projeto que custaria 200 mil reais o km. E por que custaria isso? Foi até um debate que a gente fez em questão dos valores, e ele falou: não, eu vou ter que refazer todo o asfalto, é uma reconfiguração total da via pública, tal. Só que o que acontece? Aqui em cima, na frente desse prédio aqui, foi pintado em cima de buraco. As faixas estão sendo colocadas com recurso público, de qualquer jeito. Então é nesse nível que eu estou querendo dizer. Ele veio, apresentou um projeto com qualidade, ele defendeu o projeto, ele defendeu. O próprio Jilmar Tatto esteve aqui. Ele defendeu o projeto. Os técnicos apresentaram como seria a implantação dos projetos. Colocaram fotos. Apresentaram para nós. Por isso nós votamos. Só que o que está sendo apresentado é altamente ao contrário. Totalmente ao contrário. Desculpe, é uma porcaria de um serviço. Então assim, precisa ver se a prestadora de serviço não está fazendo um serviço negligente contra a prefeitura. Então a prefeitura tem que cobrar dessas pessoas para refazerem o serviço. É nesse sentido que eu falo: nós demos 10 milhões. Então eles têm que prestar contas para nós, como foram usados esses 10 milhões. É nesse quesito que eu falei.

Cons. Sônia: Eu posso colocar só mais uma coisinha? Só chamar a atenção para o volume de recursos que o FEMA destinou para manejo e vigilância dos parques. E a gente pediu já, para que a gente tivesse retorno. E eu entendo que houve algum problema, mas eu acho que seria muito bom se a gente pudesse esclarecer porque eu sou também do CADES Butantã, e a gente tem, recorrentemente, reclamações de que no Volpi, até hoje... faz quase um ano que está sem vigilância, e o retorno, essa comunicação está realmente complicada. Então eu acho que seria muito bom se a gente tivesse um esclarecimento real sobre esse problema. Obrigada.

Maria de Lourdes: Conselheira, nós traremos as respostas para a próxima reunião.

Cons. Cristina Antunes: Eu vou colocar uma (incompreensível) o secretário está saindo. Vou deixar aqui: eu queria receber uma explicação de por que depois de toda aquela manobra financeira que foi proposta para comprar a área do Jockey, por que, de repente, não precisou mais? Posso bem imaginar. Mas eu queria uma explicação na saída aqui, da Secretaria.

Maria de Lourdes Telles da Rovare: Está anotado. Então podemos encerrar? Vamos encerrar a 43ª reunião plenária extraordinária do CONFEMA, às 10h47, 14/11/2014. Obrigada a todos.

RICARDO BRANDÃO

Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CONFEMA (Em Exercício)



Conselheiros Presentes:

Alessandro Luiz Oliveira Azzoni

Décio Pereira de Moraes

Humberto Massahiro Hideshima

Ivo Carlos Valencio

Maria Cristina Almeida Antunes

Vinicius dos Santos Pereira Reis

Sonia Império Hamburger

MARIA DE LOURDES TELLES DA ROVARE

Coordenadora Geral do CONFEMA